



CATENO GESTÃO DE CONTAS DE PAGAMENTO S.A. - CNPJ/MF 20.247.380/0001-70

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores: A Cateno foi criada em fevereiro de 2015, através da associação entre o Banco do Brasil S.A. e a Cielo S.A., para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via cartões de débito e crédito do Arranjo Ourocard. A Companhia tem como propósito ampliar a rentabilidade e as oportunidades de negócios, através de tecnologias seguras em meios de pagamento. Dessa forma, buscamos inovar em um mercado em acelerada transformação, investindo em plataformas, pessoas e cultura. O exercício de 2021 foi bastante desafiador para todos nós. A COVID-19 permaneceu atingindo fortemente a economia, em especial o varejo e o consumo das famílias, que teve início de recuperação no segundo semestre, a partir da ampliação da vacinação no país. Por outro lado, no mesmo período, houve uma profunda digitalização nos hábitos de pagamento dos brasileiros, com ampliação do comércio eletrônico, surgimento de novas tecnologias e de intermediação dos meios de pagamento. Estamos confiantes quanto a nossa capacidade para capturar as oportunidades e permanecer otimistas quanto às perspectivas de longo prazo do país, na medida em que criamos uma experiência de pagamento única - invisível, instantânea e de baixo custo - aos nossos clientes. Apresentamos as demonstrações financeiras da Cateno referentes ao exercício findo em 31/12/2021, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório da Auditoria Independente. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25/03/2022. A seguir destacamos os pontos mais relevantes no exercício de 2021.

Descontinuidade da conta digital: A Cateno iniciou a operação de conta digital em 2019, com alguns parceiros comerciais, sendo o Cielo o principal deles. O produto conta digital Cateno seguia o padrão do mercado, com a emissão dos cartões e a infraestrutura necessária à autorização, processamento e controle das transações de compra, saque e pagamento, e recarga pelos usuários. Em 2021, por decisão estratégica da Companhia, considerando os resultados financeiros da operação, foi aprovado a descontinuidade do produto, e solicitou ao Banco Central do Brasil (BACEN), pedido de arquivamento do requerimento de autorização para funcionamento da Cateno como Instituição de Pagamento, foi apresentado e aprovado o plano de descontinuidade e encerramento da operação ao BACEN, os prazos previstos no plano foi devidamente cumprido. **Desempenho operacional:** Os ativos totais da Companhia atingiram o montante de R\$ 10,9 bilhões, representando um aumento de 1,02% em relação a posição patrimonial de 2020. O volume financeiro das transações atingiu o montante de R\$345,9 bilhões, representando um aumento de 22,7% ou R\$64 bilhões, quando comparado ao exercício anterior. As receitas líquidas aumentaram em 23,5% ou R\$615,6 milhões, impulsionadas pelo aumento substancial do volume capturado. Importante destacar que no comparativo anual, a expansão das receitas foi limitada devido aos efeitos Lei 175/20, com a provisão do ISS adicional de 3% a partir de janeiro/2021. O lucro líquido da Companhia totalizou R\$626,8 milhões, aumento de 35% ou R\$162,4 milhões em relação ao ano anterior, devido ao forte impacto da COVID-19, especialmente no 1º semestre de 2020. O EBITDA totalizou o montante de R\$1.299,9 bilhões, aumento de 25,9% ou R\$266,9 milhões em relação ao exercício anterior. **Distribuição de dividendos:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação legal prevista nos termos do artigo 27, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante		1.580.906	1.039.869	Circulante		516.514	452.899
Caixa e equivalentes de caixa	5	816.904	221.691	Fornecedores		8.346	9.910
Instrumentos financeiros	6	22.775	242.726	Contas a pagar - Partes relacionadas	7	397.296	312.796
Contas a receber - Partes relacionadas	7	738.125	572.154	Tributos e impostos a recolher	13	75.673	62.857
Outros valores a receber	8	3.102	3.298	Obrigações trabalhistas		9.327	8.906
Não circulante		9.401.522	9.832.083	Arrendamentos de uso	16	594	497
Instrumentos financeiros	6	268.061	382.457	Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	14	9.885	4.670
IR e CS diferidos	12	189.337	110.032	Obrigações a reparar	15	15.393	53.263
Imobilizado	9	4.064	4.964	Não circulante		148.366	36.265
Direito de Uso - Arrendamentos	10	2.664	2.056	Arrendamentos de uso	16	2.093	1.665
Intangível	11	8.937.396	9.332.574	Impostos a recolher	17	146.273	34.600
Total do ativo		10.982.428	10.871.952	Patrimônio líquido	18	10.317.548	10.382.788
				Capital social	18.1	414.000	414.000
				Reservas de capital	18.2	9.707.622	9.707.622
				Reserva legal	18.3	22.187	22.187
				Reserva estatutária	18.4	77.237	124.200
				Reserva de lucros	18.5	96.502	114.779
				Total do passivo e patrimônio líquido		10.982.428	10.871.952

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	626.785	464.349
Resultado abrangente total	626.785	464.349

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	3.237.943	2.622.367
Custo dos serviços prestados	20	(2.143.159)	(1.759.563)
Lucro bruto		1.094.784	862.804
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	21	(190.411)	(220.399)
Lucro operacional		904.373	642.405
Resultado financeiro		49.006	63.349
Receitas financeiras	22	51.167	66.758
Despesas financeiras	22	(2.161)	(3.409)
Lucro antes do IR e da CS		953.379	705.754
IR e CS		(326.594)	(241.405)
Correntes	12	(405.899)	(247.934)
Diferidos	12	79.305	6.529
Lucro líquido do exercício		626.785	464.349
Lucro por ação		0,06	0,05

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional: A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27/02/2015, com a contribuição da expertise em meios de pagamento detida pelos seus sócios Banco do Brasil S.A. ("BB") e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões (Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo inicial foi gerir as transações oriundas do Arranjo de Pagamento Ourocard ("Arranjo Ourocard") nas operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13. Após publicação da Circular nº 3.885 em 26/03/2018, a Cateno tornou-se elegível a ser uma Instituição de Pagamento Emissora, podendo participar de arranjos de pagamentos. A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R\$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$3,5 bilhões oriundos da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografia, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$4,6 bilhões referentes ao pagamento, pela BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionados às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo BB com as bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo-se cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões *private label* emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas pelo BB com varejistas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Cateno, destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação como instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 25/03/2022. **b. Interpretações e mudanças nas principais políticas contábeis:** As novas alterações de IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que entraram em vigor no exercício de 2021, não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

		Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Norma ou interpretação	Descrição	iniciados em ou após
Alterações ao CPCs 11, 38, 48, 40, 06 (R2)	Reforma de taxa de juros de referência	1º/01/2021
Entidades de liquidação	CPC liquidação	1º/06/2021
Alterações ao CPC 06 (R2)	Benefícios que vão além de 30.06.2021 relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários de contratos	1º/07/2021

A Administração considerou essas alterações na elaboração das demonstrações financeiras, sendo apresentadas, e concluiu que não houve impacto relevante na aplicação dessas regras. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais e arredondadas para a milhar mais próximo. Não há transações significativas em moeda estrangeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem contas bancárias em moeda nacional, em moeda estrangeira, e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5. **2.4 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	414.000	11.572.000	22.187	124.200	95.183	-	12.227.570
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	464.349	464.349
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(95.183)	-	(95.183)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(349.570)	(349.570)
Reserva de lucros	-	-	-	-	114.779	-	(114.779)
Resgates de ações	-	(1.864.378)	-	-	-	-	(1.864.378)
Saldo em 31 de dezembro 2020	414.000	9.707.622	22.187	124.200	114.779	-	10.382.788
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	626.785	626.785
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(114.779)	-	(114.779)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(530.283)	(530.283)
Reserva de lucros	-	-	-	-	(46.963)	96.502	(46.502)
Saldo em 31 de dezembro 2021	414.000	9.707.622	22.187	77.237	96.502	-	10.317.548

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020	(37.870)	11.206
Lucro líquido		626.785	464.349	290.189	174.341
Ajustes por: Amortizações e depreciações	9, 10 e 11	389.669	389.482	1.645.783	1.270.329
Provisão para IR e CS: Corrente		12	405.899	IR e CS pagos	(357.405)
Diferido	12	(79.305)	(6.529)	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	1.288.379
Baixa de Ativo Imobilizado	9, 10	27	-	Fluxos de caixa das atividades de investimento	1.059.579
Baixa de Ativo Intangível	11	7.341	-	Aquisição de ativo imobilizado e Intangível	9 e 10
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	14	5.080	603	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(648)
Reclassificação de Juros arrendamento		(10)	-	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-
Juros arrendamento	16	109	149	Distribuição adicional de dividendos	18.5
		1.355.595	1.095.988	Antecipação de dividendos	18.5

(Acréscimo) Decréscimo de ativos

Instrumentos financeiros	334.347	212.122
Contas a receber - Partes relacionadas	(165.971)	(46.596)
Outros valores a receber	196	1.152

Acréscimo (Décréscimo) de passivos

Fornecedores	(1.564)	6.144
Impostos a recolher	75.995	(24.144)
Contas a pagar - Partes relacionadas	84.500	13.854
Obrigações trabalhistas	421	685
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	14	135

10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para IR e 9% sobre o lucro tributável para CSSL. O IR e a CS diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O IR e a CS diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **2.11 Benefícios a funcionários: Previdência Complementar:** Refere-se aos valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em uma percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **Participação nos lucros e bônus:** A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social nos órgãos de governança, respeitando o acordo com o sindicato da classe e os contratos de prestação de serviços dos administradores. **2.12 Provisão para riscos:** As provisões que envolvem processos tributários, cíveis e trabalhistas que estão constituídas e apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, são aqueles em discussão judicial, e atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 14). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, pela intermediação do Arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apropriada ao resultado na data da captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito, líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, desde que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme regras estabelecidas pelas bandeiras. De acordo com o cumprimento da obrigação de performance, o reconhecimento da receita é realizado diariamente, substancialmente por meio das transações de compras feitas pelos portadores dentro do Arranjo, gerando interâmbio sobre a volumetria de autorizações junto as bandeiras e o emissor. **2.14 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo de corrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Impactos Covid-19:** A economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, com objetivo de proteger seus colaboradores, 100% do quadro foi alocado em home-office logo no início da quarentena, permanecendo assim até o momento, e com acompanhamento constante dos casos suspeitos de contágio pela área de Recursos Humanos. A Companhia não identificou quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas sobre sua continuidade em virtude do cenário de pandemia (COVID-19). Também não há indicação da necessidade de redução a valor recuperável de ativos, ou riscos associados no cumprimento das obrigações. Assim permanecemos trabalhado intensamente para garantir a qualidade das atividades e recursos necessários para o cumprimento das metas junto aos acionistas, sobretudo estimulando o uso dos canais digitais visando manter os protocolos de saúde e distanciamento social. **2.16 Distribuição de lucros:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação prevista nos termos do artigo 27, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia (Nota 18.5). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao intangível e redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), arrendamento, IR e CS diferidos (créditos tributários) e contingências cíveis, trabalhistas e fiscais. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. **4. Gestão de riscos: 4.1 Fatores de risco:** A área gestão de risco é responsável, na Companhia, pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos de liquidez, mercado, crédito/contraparte e operacional segundo as políticas aprovadas pela administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito/contraparte durante o exercício, e nesse cenário a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência. **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excedente de caixa em aplicações financeiras selecionando instrumentos com vencimento e liquidez apropriados para suportar as suas operações e objetivos. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria Companhia, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem

suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital enxuta visando a eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Caixa e bancos	90	2.130
Aplicações financeiras: Fundos de Investimentos	816.814	219.561
	816.904	221.691

a) Saldo patrimonial e composição da carteira por categoria e prazos:	Taxa % CDI	Faixas de vencimentos	2021	2020
Indeter-				
Acima				
minado 1-180				
181-365				
de 365				

Títulos privados/Descrição					
Fundo de investimentos	Cota	816.814	-	-	816.814
Total		816.814	-	-	816.814

As aplicações financeiras são mantidas e registradas pelo valor de realização, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia, garantindo liquidez imediata, conforme modelo de negócios, cujo objetivo é tanto coletar seus fluxos de caixa contratuais que correspondem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, quanto vender esses ativos financeiros. A Companhia tem políticas de investimentos que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2021	2020
Fundos de investimentos	-	816.814	-	816.814	219.561
Total	-	816.814	-	816.814	219.561

b) Composição dos fundos:

	2021	2020
Fundo Automático BB	108	7.836

continuação...

	2021	2020
remuneração dos administradores durante os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020:	5.858	3.975
Benefícios de curto prazo	5.858	3.975
Total	5.858	3.975
Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a variável (participação nos lucros), salários e encargos, apurado com base no resultado da Companhia, com estabelecimentos de metas corporativas com a avaliação e validação do Conselho de Administração da Companhia. Esse saldo encontra-se registrado na demonstração de resultados em "Custo do Serviços prestados", subgrupo "Salários, encargos e benefícios" (nota nº 20). Consideram-se Administradores os diretores estatutários e conselheiros da Companhia. 7.2 Contas a receber: Comissão sobre intercâmbio, correspondem aos valores a receber relativos à comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Urocard, conforme descrito no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. 7.3 Contas a pagar: As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previstos no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Urocard, sendo classificadas como passivos circulantes.		
8. Outros valores a receber: Os valores registrados nesta rubrica, referem-se aos saldos provenientes das antecipações efetuadas pela Companhia, com base em contrato de parcerias para execução de serviços e soluções operacionais.		
	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	1.388	3.275
Despesas antecipadas (b)	1.714	-
Outros	-	23
Total	3.102	3.298

(a) Corresponde ao contrato firmado com empresa parceira, são valores para prestação de serviços ligados a soluções de *softwares*, para captura e liquidação das transações envolvendo o produto pré-pago nas transações de pagamentos contas e recarga de celular. (b) Refere-se as despesas com renovação contratual das licenças Microsoft e infraestrutura Cateno com vigência no período de 12 meses.

	Processa-Instalações	Equipamento-dados telecom	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31/12/2019	2.053	657	325	310	241
Aquisições	904	1.365	56	144	135
Depreciação	(816)	(164)	(138)	(73)	(35)
Saldos em 31/12/2020	2.141	1.858	243	381	341
Aquisições	541	41	44	15	7
Baixas	-	(12)	-	(15)	-
Transferência	-	219	(138)	-	(81)
Depreciação	(861)	(512)	(62)	(53)	(33)
Saldos em 31/12/2021	1.821	1.594	87	328	234
Taxas anuais de depreciação - %	25	20	10	10	10

10. Direito de uso - Arrendamentos: Bens de Uso - Arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 31/12/2019	2.605	2.605
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Depreciação	(549)	-
Saldos em 31/12/2020	2.056	2.056
Aquisições	2.935	-
Baixas	(2.017)	-
Depreciação	(310)	-
Saldos em 31/12/2021	2.664	2.664
Taxa anual de depreciação - %	20	20

11. Intangível: O principal ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Urocard, e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$11.572 milhões, pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8). A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Arranjo Urocard	Software	Marcas e patentes	Desenvolvimento	vimento Softwares	Total
Saldos em 31/12/2019	9.707.623	1.258	73	8.374	9.717.328	9.717.328
Adições	-	323	-	2.631	2.954	-
Amortizações	(385.733)	(1.196)	-	(779)	(387.708)	-
Saldos em 31/12/2020	9.321.890	385	73	10.226	9.332.574	9.332.574
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(7.341)	(7.341)	-
Transferências	-	878	-	(878)	-	-
Amortizações	(385.733)	(411)	-	(1.693)	(387.837)	-
Saldos em 31/12/2021	8.936.157	852	73	314	8.937.396	8.937.396
Taxas anuais de amortizações - %	3,33	20	-	20	-	20

12. IR e CS: A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de IR e de CS sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Em 31/12/2021 e 2020 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	2021	2020
JANDIR DE MORAES FEITOSA JUNIOR - Diretor de Finanças e Administração		

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2021	2020
Diferenças temporárias apuradas IRPJ	556.834	323.624
Diferenças temporárias apuradas CSLL	556.988	323.624
Provisões custos bandeiras	242.598	171.446
Provisões custos atendimentos	43.936	30.776
Provisões custos Embossing e postagens	70.607	48.766
Provisões com contingências	156.940	5.432
Outras provisões	42.754	67.204
Ajuste de base IRPJ	153	-
IRPJ (25%)	139.208	80.906
CSLL (9%)	50.129	29.126
Saldo do Ativo Diferido	189.337	110.032

	2021	2020
Varição diferenças temporárias apuradas IRPJ	233.316	19.096
Varição diferenças temporárias apuradas CSLL	233.069	19.497
Provisões ressarcimento de custos	86.416	15.347
Impostos e contribuições a recolher	146.273	-
Outros	627	3.749
Ajuste base IRPJ	-	(401)
IRPJ - Impacto no resultado (25%)	58.329	4.774
CSLL - Impacto no resultado (9%)	20.976	1.755
Total	79.305	6.529

O IR e a CS foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo: As estimativas dos créditos tributários foram fundamentadas com base nas projeções de lucros tributáveis futuros, assim a expectativa de realização do IR e CS diferidos serão realizados no curto prazo no máximo no primeiro quadrimestre do exercício seguinte de 2022, exceto a provisão adicional descentralização do ISS, decorrente das Leis 157/16 e 175/20, conforme Nota 17.

	2021	2020
Lucro antes do IR e da CS	953.379	705.755
IR e CS pela taxa nominal	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	324.149	239.957
Adições	192.477	112.204
(-) Exclusões	(110.264)	(104.203)
Adicional do IR	(24)	(24)
(Dedução) incentivos fiscais	(201)	(1.670)
Ajuste anos anteriores	(237)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	405.900	246.264
Alíquota efetiva	34%	34%
13. Tributos e impostos a recolher:	2021	2020
ISS a recolher	7.250	7.075
COFINS a recolher	15.613	16.033
PIS a recolher	3.369	3.476
IR e CS, líquidos de antecipações	48.732	35.515
Outros impostos a pagar	709	758
Total	75.673	62.857

14. Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia possui ações para as quais constitui provisão em montante considerado suficiente para contingências fiscais, tributárias e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações, a Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso como segue:

	(a) Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Totais
Saldos em 31/12/2019	4.149	-	-	4.149
Adições	-	249	373	622
Pagamentos	-	(3)	(79)	(82)
Reversões	-	-	(22)	(19)
Saldos em 31/12/2020	4.149	249	272	4.670
Adições	9.673	185	36	9.894
Pagamentos	-	(143)	(278)	(421)
Reversões	(4.149)	(109)	-	(4.258)
Saldos em 31/12/2021	9.673	182	30	9.885

(a) Objeto da exclusão do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS), e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), na forma do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, que correspondem ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2018. Os autos foram sobrestados até o julgamento final do Recurso Extraordinário nº 592.616, vinculado ao Tema do STF nº 118 (Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS). (b) Refere-se a cobrança da diferença do ISS de 2016/2017, decorrente da exclusão da base de cálculo do ISS, excluindo da base os impostos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS), de acordo com as leis municipal (118/2002 e 185/2007), onde o plenário do STF julgou inconstitucional em agosto/20, o artigo 41 da lei complementar, onde a Companhia impetrou com "Mandado de Segurança" suspendendo a exigibilidade dos débitos até a decisão sobre a modulação da ADPF, impetrado contra o Município de Barueri por escritório externo. Esclarecemos que foi concluída a análise e o parecer final do risco processual e a possibilidade de êxito da Cateno pelo nosso departamento jurídico, levado parecer técnico a diretoria que aprovou o provisionamento. A Companhia é parte em outros processos para os

DIRETORIA

LUIZ FELIPE SALIN MONTEIRO - Diretor Geral

EDUARDO DE MELO CONDÉ - Diretor de Tecnologia e Operações

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Barueri, 23 de março de 2022.

VICTOR BERNARDO ZAKIME - Membro Conselho Fiscal

WESLEY CRISOSTOMO DE SOUSA - Membro Conselho Fiscal

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Barueri, 22 de março de 2022.

MARCELO DE GIUSEPPE TONIOLLO - Coordenador Comitê de Auditoria

CHRISTIANNE MARIA PIRES FERREIRA MARÃO - Membro Comitê de Auditoria

ARMSTRONG LUIZ DE MOURA - Membro Comitê de Auditoria

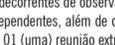
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25/03/2022.



KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. MARK SUDA YAMASHITA
CRC 2SP014428/0-6 Sócio de Auditoria CRC 1SP271754/0-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>